



DIÁRIO da Assembleia da República

X LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2005-2006)

Sessão Solene Comemorativa do XXXI Aniversário do 25 de Abril e do XXX Aniversário da eleição da Assembleia Constituinte

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Jaime José Matos da Gama

Secretários: Ex. ^{mos} Srs. Maria Jesuína Carrilho Bernardo
Fernando Santos Pereira
Artur Jorge da Silva Machado

SUMÁRIO

Às 11 horas entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República — que saudaram, com uma vénia, os membros do Corpo Diplomático presentes —, o Primeiro-Ministro, os Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, os Secretários da Mesa da Assembleia da República, a Secretaria-Geral da Assembleia da República, o Chefe, o Vice-Chefe e os Secretários do Protocolo do Estado, o Chefe de Gabinete do Presidente da Assembleia da República e o Director do Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo.

No Hemicílio encontravam-se já, além dos Deputados e Ministros, o Procurador-Geral da República, os Presidentes do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal de Contas, os Ministros da República para os Açores e para a Madeira, o Provedor de Justiça, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Presidente do Conselho Económico e Social, Conselheiros de Estado, os Chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas, Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, um representante do Governo Regional dos Açores, o Governador Civil de Lisboa, o Presidente da Alta Autoridade para a Comunicação Social, o Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, o Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, o Comandante Naval, o Governador Militar de Lisboa, o Comandante do Comando Operacional da Força Aérea, o Comandante do Comando Operacional das Forças Terrestres, o Comandante da Guarda Nacional

Republicana, o Director Nacional da Polícia de Segurança Pública e o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Encontravam-se ainda presentes, na Tribuna A, as esposas do Presidente da República e do Presidente da Assembleia da República, o Cardeal Patriarca de Lisboa, os ex-Presidentes da República General Ramalho Eanes e Dr. Mário Soares e respectivas esposas, bem como as esposas dos Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional e o Padre Agostinho Gonçalves; na Galeria I, o Corpo Diplomático; na Galeria II Deputados Constituintes; na Galeria III, membros do Governo, ex-Conselheiros da Revolução, representantes da Associação 25 de Abril, o Presidente da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, os Secretários-Gerais da União Geral de Trabalhadores e da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses e demais convidados.

Constituída a Mesa, na qual o Presidente da República tomou lugar à direita do Presidente da Assembleia da República, a Banda da Guarda Nacional Republicana, postada nos Passos Perdidos, executou o hino nacional.

Seguiram-se os discursos dos Deputados Francisco Madeira Lopes (Os Verdes), João Teixeira Lopes (BE), José Paulo Carvalho (CDS-PP), Jerónimo de Sousa (PCP), Guilherme Silva (PSD) e Alberto Martins Guedes (PS), do Presidente da Assembleia da República e do Presidente da República.

A sessão foi encerrada eram 13 horas e 5 minutos, tendo, de novo, a banda da GNR executado o hino nacional, que foi cantado de pé.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, com uma saudação e um cumprimento muito especial ao Sr. Presidente da República, declaro aberta a Sessão Solene Comemorativa do XXXI Aniversário da Revolução do 25 de Abril e do XXX Aniversário da Eleição da Assembleia Constituinte.

Eram 11 horas.

Neste momento, a Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada junto aos Passos Perdidos, executou o hino nacional.

Applausos gerais.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Agostinho Moreira Gonçalves
Alberto Arons Braga de Carvalho
Alberto de Sousa Martins
Alberto Marques Antunes
Aldemira Maria Cabanita do Nascimento Bispo Pinho
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
Ana Maria Ribeiro Gomes do Couto
António Alves Marques Júnior
António Bento da Silva Galamba
António José Ceia da Silva
António José Martins Seguro
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino
António Ramos Preto
Armando França Rodrigues Alves
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Carlos Alberto David dos Santos Lopes
Carlos Cardoso Lage
Cláudia Isabel Patrício do Couto Vieira
Deolinda Isabel da Costa Coutinho
Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
Elísio da Costa Amorim
Fernanda Maria Pereira Asseiceira
Fernando dos Santos Cabral
Fernando Manuel dos Santos Gomes
Glória Maria da Silva Araújo
Guilherme Valdemar Pereira de Oliveira Martins
Horácio André Antunes
Isabel Maria Batalha Vigia Polaco de Almeida
Isabel Maria Pinto Nunes Jorge
Jaime José Matos da Gama
João Barroso Soares
João Cândido da Rocha Bernardo
João Cardona Gomes Cravinho
João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano
João Raul Henriques Sousa Moura Portugal
Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
Joaquim Barbosa Ferreira Couto
Joaquim Ventura Leite
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
Jorge Manuel Monteiro de Almeida
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
José Augusto Clemente de Carvalho
José Carlos Correia Mota de Andrade
José Carlos das Dores Zorrinho
José Eduardo Vera Cruz Jardim
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida

Jovita de Fátima Romano Ladeira
Júlio Francisco Miranda Calha
Leonor Coutinho Pereira dos Santos
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
Luís António Pita Ameixa
Luís Garcia Braga da Cruz
Luís Manuel Carvalho Carito
Luís Miguel Morgado Laranjeiro
Luísa Maria Neves Salgueiro
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Manuel Alegre de Melo Duarte
Manuel António Gonçalves Mota da Silva
Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro
Manuel Luís Gomes Vaz
Manuel Maria Ferreira Carrilho
Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos
Marcos Sá Rodrigues
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos
Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Maria Cidália Bastos Faustino
Maria Cristina Vicente Pires Granada
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
Maria de Fátima Oliveira Pimenta
Maria de Lurdes Ruivo
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
Maria Helena da Silva Ferreira Rodrigues
Maria Helena Terra de Oliveira Ferreira Dinis
Maria Hortense Nunes Martins
Maria Irene Marques Veloso
Maria Isabel Coelho Santos
Maria Jesuína Carrilho Bernardo
Maria José Guerra Gamboa Campos
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
Maria Matilde Pessoa de Magalhães Figueiredo de Sousa Franco
Maria Odete da Conceição João
Maria Teresa Alegre de Melo Duarte Portugal
Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento Diniz
Miguel João Pisoeiro de Freitas
Nelson Madeira Baltazar
Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá
Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
Paula Cristina Barros Teixeira Santos
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
Paula Cristina Nobre de Deus
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto
Pedro Nuno de Oliveira Santos
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
Renato Luís Pereira Leal
Ricardo Jorge Teixeira de Freitas
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Rosalina Maria Barbosa Martins
Rui António Ferreira da Cunha
Rui do Nascimento Rabaça Vieira
Sandra Marisa dos Santos Martins Catarino Costa
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes
Susana de Fátima Carvalho Amador
Teresa Maria Neto Venda
Victor Manuel Bento Baptista
Vítor Manuel Pinheiro Pereira

Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho

Partido Social Democrata (PSD):

Agostinho Correia Branquinho
Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
António Alfredo Delgado da Silva Preto
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
António Joaquim Almeida Henriques
Arménio dos Santos
Carlos Alberto Garcia Poço
Carlos Alberto Silva Gonçalves
Carlos Manuel de Andrade Miranda
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Fernando dos Santos Antunes
Fernando Mimoso Negrão
Fernando Santos Pereira
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
Hugo José Teixeira Velosa
Jaime Carlos Marta Soares
João Bosco Soares Mota Amaral
Jorge Fernando Magalhães da Costa
Jorge José Varanda Pereira
Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
José António Freire Antunes
José Eduardo Rego Mendes Martins
José Manuel Amaral Lopes
José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
José Manuel Pereira da Costa
José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos
Luís Filipe Alexandre Rodrigues
Luís Filipe Carloto Marques
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
Luís Miguel Pais Antunes
Manuel Filipe Correia de Jesus
Marco António Ribeiro dos Santos Costa
Mário da Silva Coutinho Albuquerque
Mário Henrique de Almeida Santos David
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz
Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Câmara Pereira
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Pedro Quartin Graça Simão José
Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos
Ricardo Jorge Olímpio Martins
Sérgio André da Costa Vieira
Vasco Manuel Henriques Cunha

Partido Comunista Português (PCP):

Abílio Miguel Joaquim Dias Fernandes
Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
António Filipe Gaião Rodrigues
Artur Jorge da Silva Machado
Bernardino José Torrão Soares
Francisco José de Almeida Lopes
Jerónimo Carvalho de Sousa
José Batista Mestre Soeiro
Maria Luísa Raimundo Mesquita
Maria Odete dos Santos
Miguel Tiago Crispim Rosado

Partido Popular (CDS-PP):

João Rodrigo Pinho de Almeida
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 José Paulo Ferreira Areia de Carvalho
 Luís Pedro Russo da Mota Soares
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia
 Teresa Margarida Figueiredo Vasconcelos Caeiro

Bloco de Esquerda (BE):

Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo
 Ana Isabel Drago Lobato
 Fernando José Mendes Rosas
 Francisco Anacleto Louçã
 Helena Maria Moura Pinto
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda
 Mariana Rosa Aiveca Ferreira

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes
 Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia

O Sr. **Presidente**: — Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Excelentes Capitães de Abril, Sr.^{as} e Srs. Convidados, Concidadãos Portugueses: Faz hoje 31 anos, não era feriado no nosso país. Faz hoje 31 anos que ocorreu algo de extraordinário aqui. Há 31 anos, por esta hora, Lisboa encontrava-se inundada de gente, que saía para a rua para fazer uma revolução e acabou fazendo uma festa. Foi o 25 de Abril de 1974, a revolução que devolveu a democracia e a festa que gerou a liberdade.

Falar do 25 de Abril de 1974 é recontar uma história, que eu e todos os que como eu tiveram o privilégio de nascer já em liberdade não vivenciamos, directa e pessoalmente. Dos outros, não sei, mas eu quase que sinto como se estivesse estado lá.

Através das histórias e dos relatos dos que me formaram e informaram, acompanhei a coluna militar que saiu da Escola Prática de Cavalaria de Santarém em direcção a Lisboa, seguindo o Capitão Salgueiro Maia, e aprendi a importância e o valor do bem que se conquistou naquele dia: o direito a viver livre, de pé, com o rosto erguido e com dignidade.

Aprendi como, numa madrugada fria, um grupo de militares deu o primeiro passo, «abriu a válvula» e deixou escapar a raiva contida por tanto tempo, dando lugar a uma torrente de vida, uma explosão de riso e alegria, um grito enorme, que se fez ouvir em todo o mundo, acompanhado de lágrimas de alívio, um imenso alívio, pelo fim da guerra, pelo fim da opressão, pelo renascer da esperança viva de um futuro melhor, a bailar nos olhos da malta.

Mas também aprendi: como em Portugal, durante 48 anos, o fascismo do Estado Novo corporativista de Salazar e Caetano semeou bem fundo a ignorância, o medo e a pequenez; como a PIDE/DGS perseguiu, prendeu, torturou e assassinou por motivos políticos; como o atraso, o analfabetismo e a illiteracia, a fome e a miséria, principalmente no interior rural, se sentavam à mesa e eram parente próximo de grande parte da população; como uma guerra colonial, profundamente injusta e irracional, se arrastou por tantos anos, ceifando vidas e consumindo alento; e como a censura procurava inutilmente cortar a raiz de um pensamento que se tornava cada vez mais claro, forte, necessário e urgente.

Desta forma, foi fácil perceber a razão da revolta, o motivo da alegria, a justificação do alívio. E foi mais fácil ainda entender o valor da liberdade.

Contudo, a minha geração, que não experimentou o gosto amargo da opressão e o doce sabor da liberação, a quem nem a escola, onde se gasta mais tempo a ensinar a Crise de 1383 ou a Revolução Francesa do que a falar na nossa história recente, soube ou sabe passar a mensagem, nem sempre dá o valor a esse bem tão precioso que já tem como adquirido. Tem desculpa, já que não podemos amar o que não conhecemos e dificilmente conhecemos o que não nos mostram.

É como um privilégio que encaro o facto de ser herdeiro de Abril, mas é também inegável a inveja que sinto por ter perdido a festa, pá! Porque, quando cá cheguei, já a emoção tinha dado lugar ao desalento, já as conquistas se perdião a cada dia, a cada ano que passava, a cada revisão que a nossa Lei Fundamen-

tal sofria. E aquele «brilhozinho nos olhos» já se ia apagando.

É por isso fundamental assumir a recusa em deixar de falar da Revolução dos Cravos, lembrando aos que já esqueceram e aos que nunca conheceram o significado daquele dia e a distância abissal que separa os dois países: o Portugal de ontem e o Portugal de hoje.

Que o Portugal de hoje, mercê de importantes conquistas de Abril, é um Portugal melhor, não podemos deixar jamais cair no esquecimento.

Não podemos deixar jamais cair no esquecimento que foi com Abril que se garantiram direitos tão essenciais como o salário mínimo e o direito a férias, o direito à segurança social ou o acesso universal ao Serviço Nacional de Saúde e à escola pública.

É importante lembrar que Abril trouxe a igualdade entre homens e mulheres, os direitos de participação cívica e política, o direito da livre fruição e criação cultural, a liberdade de informação e o fim da censura prévia.

Não podemos deixar ainda de lembrar que foi com Abril que o poder local, com profundas raízes no nosso país, anteriores até à própria monarquia, voltou a ser um verdadeiro poder autónomo, pluralista e democraticamente eleito, voz dos anseios das populações e motor de desenvolvimento das suas autarquias. O mesmo poder local que agora se vê ameaçado na sua pluralidade de participação política pela famosa ideia dos executivos camarários monocolores, que, sob o falso argumento de aumentar a eficácia de actuação e a governabilidade, na realidade, não só compromete uma longa e profícua experiência de poder executivo autárquico plural, racionalmente empenhado na busca de consensos, como coloca em causa o funcionamento dos próprios mecanismos de controlo e fiscalização desse poder, actualmente existentes.

Não basta, contudo, a memória. É preciso que no chão, desbravado pelo Movimento dos Capitães e pelo povo, em que semeámos liberdade, justiça e igualdade, saibamos hoje sedimentar o trabalho necessário para honrar e cumprir o Abril que está por cumprir. É que a democracia é como um jardim ou uma floresta que é preciso cultivar e cuidar, com empenho e dedicação, todos os dias da nossa vida, sob pena de a vermos invadida de espécies daninhas e infestantes, como o totalitarismo, a arrogância e a intolerância, ou sob o risco de assistirmos à sua destruição, paulatinamente, ano após ano, pelos incêndios da falta de participação e da apatia, fortemente agravados pela seca do descrédito da vida política, ameaçando não só a sua riqueza, a sua saúde e o seu equilíbrio mas a sua própria existência.

Quando é a democracia participativa que se encontra enfraquecida, seja pelo desalento, a resignação ou o comodismo, seja pela desmotivação ou alienação, que levam ao afastamento, ao desinteresse e ao descrédito na política e nos políticos, é a própria base do nosso Estado e da nossa civilização que está em perigo. E se a democracia que temos se encontra muito aquém da democracia que queremos, cada vez mais aberta, plural e participada, tal se deve certamente às opções e condutas que têm norteado a condução dos destinos do nosso país nos últimos anos.

Impõe-se, assim, exercer uma vigilância constante e permanente, pois, tal como a democracia, também as conquistas de Abril não estão automaticamente asseguradas.

Lutar pelos nossos direitos e pela liberdade, sempre que estes estejam em causa, é uma lição de Abril que, no Partido Ecologista «Os Verdes», temos procurado pôr em prática no nosso dia-a-dia, seja na luta contra a privatização do acesso à água, o bem mais precioso à vida e direito inalienável da humanidade; seja exigindo a despoluição e a salvaguarda dos nossos recursos hídricos; seja pelo direito a uma alimentação saudável e em segurança, recusando, no respeito pelo princípio da precaução, o plantio de organismos geneticamente modificados; seja defendendo os transportes colectivos, as energias alternativas ou os modos de produção ambientalmente mais sustentáveis, como forma de combater as emissões de gases com efeito estufa e a poluição, responsáveis pelas alterações climáticas, pelo aumento da mortalidade e diminuição da qualidade de vida; seja pugnando pelo desenvolvimento sustentável, o ordenamento do território e a correcção das assimetrias regionais, os quais tardam em ter uma aplicação efectiva e generalizada no nosso país.

Os Verdes assumem o compromisso de promover a paz, a correcção das desigualdades sociais, através da repartição da riqueza mediante um sistema fiscal cada vez mais justo, e a erradicação da fome, da pobreza e da exclusão social.

Lutaremos pelos direitos das minorias e pelo direito à diferença, numa sociedade mais livre, tolerante, solidária e esclarecida.

Acreditamos que o verdadeiro desenvolvimento sustentável compatibilizará os desejáveis aumentos da nossa produtividade industrial, agrícola e laboral, sustentada nos progressos científicos, tecnológicos e educacionais, com o respeito pelos direitos dos trabalhadores e pelo meio ambiente, em equilíbrio e harmonia com a natureza.

Assumimo-nos como herdeiros dos valores e das metas de Abril, da democracia, da liberdade e do desenvolvimento sustentável, com a consciência, porém, que tal é claramente insuficiente, pois é preciso que sejamos também obreiros e defensores dessa herança, como do ambiente e do nosso planeta, isto, se os queremos legar aos nossos filhos em melhor situação do que actualmente se encontram.

Por isso, Abril não é apenas passado, nem é somente presente; é principalmente, e acima de tudo, um futuro que queremos e desejamos seja melhor.

Viva o 25 de Abril! Sempre!

Aplausos de Os Verdes, do PCP, do BE e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as}s e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as}s e Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: O 25 de Abril significa a ruptura fundadora da democracia em Portugal. Não pretendemos — jamais o pretendemos — reter a chave histórica única para a interpretação de um acontecimento histórico de tal grandeza e conflitualidade. Nós fomos e somos parte implicada na história e no fazer da história. Nós estamos e estivemos de um lado preciso, exacto, inequívoco: o dos que lutaram contra o fascismo, contra a hedionda repressão e contra o moribundo império. Nós fomos e somos protagonistas desta história por fazer. Outros estiveram, e estão ainda, agarrados ao cadáver do passado. Outros, ainda, revêem-se no 25 de Novembro, bem mais do que em Abril. A cada um e a cada uma o seu tempo e o seu modo, a sua responsabilidade perante a história e o País.

Que se trata de uma revolução, prova-o a raiz e a radicalidade das mudanças institucionais. Mas também o retrato de todo um país que deixou de ser do Minho a Timor para infinita tristeza de alguns espíritos, porque esse era o império, não o País, e que se reencontrou nas suas fronteiras de sempre, com a sua dimensão de sempre — mas, desta vez, aberto ao mundo. Um país que, através da última revolução europeia do século XX, reganhou o respeito internacional.

Celebramos, também, os 30 anos da eleição de uma Assembleia que aprovou uma Constituição libertadora, através de um processo constituinte exemplar: vivo, polémico, arrojado, amplamente democrático e participado. Que contraste perante o Tratado Constitucional Europeu, elaborado sem implicação popular, sem constituintes livremente eleitos, orientado pelo directório e pelos aristocratas caprichos de Giscard d'Estaing! Que diferença, senhoras e senhores, entre as portas que a Constituição portuguesa abriu e as amarras do pensamento único a que nos querem prender.

Que diferença entre a amplitude dos direitos sociais da Constituição de 1976 e a míngua do Estado Social Europeu que agora nos oferecem, em migalhas, constitucionalizando o dogma do défice e do fim dos serviços públicos e o neoliberalismo hegemónico, como únicos caminhos possíveis, retirando aos povos o poder e o dever da alternativa. Europeus que somos, rejeitamos este Tratado antieuropeu, na medida em que a Europa só o será na diversidade, na possibilidade de divergir e de eliminar as forças predadoras dos poderes financeiro e militar. No espírito da Constituinte de 1975, diremos não a este Tratado, como os povos da Europa, em crescendo, o estão dizendo.

Há uma outra Europa em movimento. Uma Europa de homens e mulheres que não renunciam, que não se submetem ao mais violento e descarado trabalho ideológico dos pensadores e do pensamento instalado.

Queremos, pois, mudanças solidárias e contagiadas pela modernidade dos direitos sociais. Atentemos nas mudanças de Abril, tantas vezes esquecidas por rápidas e profundas, ainda que desiguais e inacabadas. Basta olharmos para um indicador que condensa toda a ruptura: nas vésperas da Revolução, a mortalidade infantil era de 40 por 1000; hoje, desceu para 5 por 1000. Em suma: a democratização do regime, a descolonização e a implantação de um Estado social, ainda que em muitas dimensões incipiente, são as marcas iniludíveis da Revolução e da Constituição de Abril.

Todas as homenagens são, por isso, merecidas. Há um direito/dever de memória. Antes de mais, para com os e as resistentes: democratas, republicanos, anarquistas, socialistas e muitos e muitas comunistas, que sofreram no corpo, literalmente no corpo, as marcas, literalmente as marcas, da repressão e da tortura. Houve quem fosse assassinado. Literalmente: assassinado. Houve campos de concentração. Literalmente: campos de concentração. Mas a violência era também diária, difusa e insinuante, humilhando as mulheres na opressão do mais rígido patriarcado, reprimindo os não-crentes ou as religiões que não a oficial, remetendo à invisibilidade dos proscritos os homossexuais e as lésbicas, à quase escravatura os «gentios» ou «indígenas». Violência que actua por ditos e interditos, por palavras, brutais ou falsamente doces, por olhares de soslaio ou de viva reprovação.

Em 1961, um estudante de Coimbra ousa publicar em *A Via Latina* um libelo de insubmissão contra a ordem dominante do relacionamento entre os sexos, designado «Carta a uma Jovem Portuguesa», onde escreve: «A minha liberdade não é igual à tua. Separa-nos um muro, alto e espesso, que nem tu nem eu construímos. A nós, rapazes, de viver do lado de cá, onde temos uma ordem social que em relação a vós nos favorece. Para vós, raparigas, o lado de lá desse muro; o mundo inquietante da sombra e da repressão mental (...). Beijas-me e sofres (...). Vives no conflito de livremente me quereres e de intimamente me desconheceres».

Este era o País. Um país de sofrimento, nas mãos de um punhado de famílias poderosas e de uma élite decadente, corrupta e fortemente autoritária.

Dito isto, parece-nos que o 25 de Abril merece todas as homenagens, mas liga mal, por código genético, com o aparato simbólico e formal.

Correu nas ruas e avenidas, mordeu cravos, distribuiu abraços. A sua marca é a da rebeldia e da insolência. Rebeldes e insolentes, os Capitães de Abril. Rebelde e insolente, o povo que deixou os medos em casa.

Senhoras e Senhores, quero falar-vos agora do Portugal futuro. Leio-vos Ruy Belo: «O portugal futuro é um país aonde o puro pássaro é possível (...) / Poderá ser pequeno como este / ter a oeste o mar e a espanha a leste / tudo nele será novo desde os ramos à raiz / À sombra dos plátanos as crianças dançarão / e na avenida que houver à beira-mar / pode o tempo mudar será verão / Gostaria de ouvir as horas do relógio da matriz / mas isso era o passado e podia ser duro / edificar sobre ele o portugal futuro».

Senhoras e Senhores: O Portugal futuro não se coaduna com a exploração nas relações de trabalho, com a precarização da população activa, com o recuo sem precedentes da contratação colectiva, com o drama do desemprego, tido por alguns como fatalidade ou «preço a pagar» por uma falsa «moderneza». Sobretudo, não se liga com o bloquear do futuro aos mais jovens. Não liga, de forma alguma, com as elevadíssimas taxas de incidência de tuberculose, de SIDA ou de hepatite, das mais altas da Europa. Não liga com a hipocrisia de, nas cadeias portuguesas, sobrelotadas e cuja população é composta principalmente por pobres e toxicodependentes, onde a droga entra e sai em movimento contínuo, não existir uma única sala de injecção assistida.

Não se coaduna o Portugal futuro com a perseguição aos homossexuais, nas ruas de Viseu, perante a complacência e activa cumplicidade de algumas autoridades policiais. Não existe o Portugal futuro no silêncio dos lares onde grassa a violência, a violação e o espancamento de mulheres.

E onde está esse Portugal futuro na perseguição e humilhação das mulheres que abortam? Senhoras e Senhores, esta Assembleia cumpriu, há dias, com a responsabilidade de despenalizar o aborto e de convocar um referendo. Saibamos todos, todos, estar à altura desta responsabilidade e de assumir a urgência deste referendo.

E onde está o Portugal futuro quando a Câmara Municipal do Porto procede a despejos com base em decretos-leis fascistas de 1945, que condenam os habitantes dos bairros camarários por «comportamento moralmente indigno»?

E onde está o Portugal futuro quando o Presidente da Câmara de Coimbra reinaugura a estátua de homenagem ao «herói do ultramar», quando no «ultramar» houve uma guerra colonial e numa guerra colonial, Senhoras e Senhores, nunca há heróis mas, sim e sempre, vítimas: portuguesas, angolanas, moçambicanas, guineenses, cabo-verdianas, são-tomenses, timorenses.

E que o Portugal futuro facilite o processo de legalização daqueles e daquelas que, imigrando, aqui trabalham, sofrendo, tantas vezes, com a mais dura discriminação de base económica, mas também jurídica, já que o regulamento da nacionalidade em vigor exige, em tom discricionário, «uma ligação efectiva à comunidade nacional», comunidade que, amiúde, lhes nega, precisamente, essa «ligação efectiva»!

Senhoras e Senhores: Olhamos para Abril com uma força viva e actuante, não no sentido nostálgico ou saudosista de quem faz uma peregrinação anual a um ente morto. O 25 de Abril foi um momento único e irrepetível, do qual herdamos força, rebeldia e insubmissão. Força, rebeldia e insubmissão para as lutas que, no presente, fazem o presente e que, no presente, rasgam o futuro. Longe de qualquer acomodação, continuamos transgressores dos poderes que oprimem, transgressores na exacta medida da origem da palavra, atravessando margens, alargando e desafiando limites. Como Paul Éluard, nascemos para a nomear, para a repetir, para a cumprir, para o seu escrupuloso desígnio. Sem ela, nada. Com ela, tudo. Ela, liberdade.

Aplausos do BE, do PCP, de Os Verdes e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Em nome do Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social-Partido Popular, tem a palavra o Sr. Deputado José Paulo Carvalho.

O Sr. **José Paulo Carvalho** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr.^{as} e Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Altas Autoridades Civis e Militares: Portugal é hoje um país moderno, com uma democracia sólida, plenamente integrado na União Europeia.

Há 31 anos, o povo português decidiu falar, e falou! E gostou de ter conseguido falar e de poder falar. E, desde então, nunca mais se calou.

A liberdade é um valor estruturante da nossa sociedade actual. É-o de tal maneira que pode ser utilizado como indicador para aferir da democraticidade de um regime.

Viver em democracia implica, também, viver num regime que salvaguarde e promova os direitos humanos, que não veja nos direitos humanos uma barreira a contornar sempre que possível mas, sim, desafios de civilização e progresso.

Portugal pode orgulhar-se de ter iniciado, há já muitos anos, o caminho da procura e desenvolvimento dos direitos humanos. Mantemo-nos nessa senda e dela seguramente não sairemos.

Mas há ainda, infelizmente, verdadeiros «tumores» espalhados pelo globo: nações inteiras às quais fal-

tam os mais elementares cuidados de saúde, como acontece em muitos países de África; populações que têm períodos de trabalho diárias de 12 ou mais horas, como acontece em vários países asiáticos; situações onde a justiça parece estar ao serviço de ditaduras, como acontece em alguns países da América Latina.

Em datas como a de hoje, somos chamados a fazer uma reflexão e nada disto nos pode deixar satisfeitos, apesar de serem problemas da nossa vizinhança.

Viremo-nos, no entanto, também um pouco para dentro.

Em 1974, eu era demasiado novo para poder ter participação activa fosse no que fosse. Para mim, a liberdade e a democracia são dados adquiridos; estou mesmo convencido de que são valores que nunca haveremos de perder, porque os cultivamos diariamente. Já não sabemos viver de outra maneira.

Felizmente, pertenço a uma geração que não tem fantasmas: nós não precisamos de apregoar a liberdade, vivemo-la todos os dias uns com os outros. E o mesmo se diga da democracia, da igualdade, da separação de poderes ou dos direitos, liberdades e garantias.

É claro que temos de continuar a crescer, pois estes bens podem sempre ser cultivados. Temos de reconhecer que, nestas três décadas, Portugal evoluiu muito, na saúde, na habitação ou na rede viária — e cito-as a título de exemplo. Curiosamente, o povo exige mais e melhor habitação, mais e melhor saúde, mais e melhor rede viária. É muito bom sinal, é manifestação de vitalidade, de exigência e de ambição. Só um povo verdadeiramente livre é capaz de não se acomodar.

Não posso esquecer um aspecto negativo sobre o qual o CDS considera ser devida uma reflexão nesta data. É o tema da justiça, com a qual lido profissionalmente. Darei um exemplo gráfico: no passado mês de Março, recebi uma notificação para a realização de um julgamento que terá lugar — pasme-se! — em Março de 2007, isto é, daqui a dois anos! Até lá, nada há a fazer que não seja esperar, esperar e esperar e pedir muita paciência aos interessados. Infelizmente, não é caso único. A sentença poderá até vir a ser muito dourada e prudente, exemplar, mas não se fez justiça.

Fala-se muito em acesso ao direito e à justiça. A demora nos tribunais é o mais velado e o mais eficaz obstáculo ao acesso dos cidadãos à justiça! Está em causa uma das funções primordiais do Estado de direita...

Risos.

Digo, do Estado de direito. Perdão, não foi uma fuga para a verdade.

Como dizia, está em causa uma das funções primordiais do Estado de direito, que queremos ser, e a concretização de direitos fundamentais dos cidadãos portugueses.

Uma outra reflexão, esta mais de tipo programático: gostamos da liberdade, mas nota-se uma tendência para escapar, se possível, ao reverso da medalha. É forçoso criar uma cultura de responsabilidade, que nos leve a reflectir antes da acção, mas a assumir todas as consequências depois, a ter no cumprimento do dever uma regra de conduta pessoal.

O apelo à responsabilidade individual, a uma cultura de responsabilidade assumida por cada um, permitirá criar cidadãos responsáveis e conscientes dos seus deveres de participação cívica. Uma política fundada na promoção da cultura de responsabilidade, permite compaginar a exigência com a visão social, o rigor com a compreensão.

Esta procura da cultura da responsabilidade faz com que as regras passem a ser encaradas como projectos e desafios e não como meras imposições autoritárias; permite a eficácia, sem que esta se reduza a mero pragmatismo sem ideais.

A esta visão é particularmente sensível um partido como o CDS, de matriz democrata-cristã, com fortes referências doutrinárias, que se recusa a render-se ao pragmatismo, sacrificando a doutrina ou a ideologia. Um partido que quer crescer e que por isso se define aberto a todos, mas que nem por isso esquece o compromisso prioritário pelos mais pobres e desfavorecidos e o quadro de valores que o norteia.

Estamos convencidos de que será desta forma, com clareza total na definição da sua maneira de ser, que os partidos políticos, todos eles, poderão cativar os cidadãos para a participação cívica e para a intervenção de cidadania, também através de funções político-partidárias.

Sem prejuízo de ser dada informação cabal a esta Assembleia no momento e lugar próprios, com orgulho dou conta da magnífica manifestação de espírito democrático, de liberdade e espírito de intervenção cívica que representou o congresso do meu partido, que se realizou neste fim-de-semana. Pronunciando-se livremente, por voto individual e secreto, os militantes do CDS mostraram que são eles quem manda no partido e define o seu rumo. Mudaram, porque assim quiserem, a quase totalidade dos seus dirigentes. Vive-se no partido, como se vive no País: em democracia.

Termino, dizendo que estamos certos de que a melhor forma de as gerações actuais e futuras de portugueses reconhecerem o mérito que é devido aos que conseguiram a liberdade é, ultrapassando excessos saudosistas, desenvolverem o seu legado, criarem um Portugal mais justo, mais moderno e mais competitivo.

É bom viver em democracia.

Applausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia Republicana, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Capitães de Abril, Deputadas e Deputados Constituintes, Sr.^{as} e Srs. Convidados, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Fomos convocados para celebrar o XXXI Aniversário do 25 de Abril. Por decisão da Assembleia da República, por vontade do povo que ama a liberdade e a reconquistou, pela acção valorosa e de grande coragem do Movimento das Forças Armadas, que juntos — povo e MFA — transformaram essa data histórica no acto e no processo mais avançado da nossa época contemporânea.

Mas é com as comemorações populares, a que hão-de ligar-se as comemorações do 1.º de Maio, que as comemorações do 25 de Abril ganham todo o significado e dimensão!

Mas todos aqueles que, hoje, comemoram o ano XXXI da Revolução não vão limitar-se à celebração festiva. Terão, porventura, muitas expectativas, como resultado das recentes eleições legislativas, mas vão interrogar-se sobre a situação em que vivem e quais as perspectivas que se abrem para o seu futuro. Mais cedo do que tarde, vão questionar-se onde está a justiça social a que têm direito, porque se banaliza, desvaloriza e desprotege o trabalho, tal como os direitos que a ele julgavam associados e perenes, porque não há salário igual para trabalho igual para a maioria das mulheres, se é por má sorte ou antes resultado de políticas concretas levadas por diante em todo o tempo que nos separa de Abril que se vê a pobreza e o desemprego a aumentarem e a riqueza a concentrar-se numa chocante e injusta repartição. Vão querer saber como é que um país assiste indefeso à destruição da sua indústria, da sua agricultura e das suas pescas, aos instintos predadores e insaciáveis de quem quer mais privatizações, já não só de empresas mas de serviços públicos, da saúde, da água e da segurança social.

Num tempo em que o homem e a sociedade contemporânea se interrogam sobre o valor e significado da liberdade, a natureza do Estado, o sentido do desenvolvimento económico, o papel do indivíduo e a razão da independência nacional, o 25 de Abril respondeu e a Constituição plasmou que a liberdade, pertença do povo e do indivíduo, possui um valor intrínseco, pelo que seria necessário salvaguardá-la e assegurá-la como um bem inalienável do povo português; o 25 de Abril respondeu e a Constituição definiu que o Estado deve responder aos interesses e necessidades do povo e do País, estritamente conforme com a legalidade democrática em oposição à concepção do Estado como instrumento do capital para, de forma coerciva, perpetuar a exploração capitalista; o 25 de Abril respondeu e a Constituição consagrou que o desenvolvimento económico deve ter como objectivo a melhoria da qualidade e do nível de vida dos portugueses, o pleno emprego, uma elevada satisfação das necessidades das populações, uma justa e equilibrada repartição da riqueza nacional e da independência nacional; o 25 de Abril respondeu e a Constituição defende que o indivíduo, o trabalhador, o cidadão, o seu bem-estar material e cultural, a sua dignidade e melhoria das suas condições de vida, a sua participação, o seu empenhamento cívico e a sua luta são objectivos e garantia da democracia e factor indispensável ao desenvolvimento económico; respondeu o 25 de Abril e a Constituição considerou como questão irrenunciável que a independência nacional é o espaço da nossa liberdade, identidade e soberania, é condição de paz, cooperação e solidariedade internacional. Fora dela, tudo é efémero, nada é nosso, nada é seguro. Respostas justas e actuais, estas de Abril e da Constituição!

Foi o 25 de Abril que traçou os grandes desígnios nacionais, inscritos depois na Constituição por mérito e visão avançada dos Deputados Constituintes, muitos dos quais aqui hoje se encontram e daqui saudamos...

Aplausos gerais.

... com a convicção de que valeu a pena fazer a Lei Fundamental, que, no conflito e contradição de interesses existentes, não ficou neutra. Optou por se colocar do lado dos mais fracos, dos trabalhadores e do povo, comportando um projecto de futuro.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Não faz parte desses desígnios nacionais ter baixos salários e baixas pensões e reformas, ver acentuar-se o fosso entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres. Continuar a ter 2 milhões de pobres, dos quais 200 000 passam literalmente fome, enquanto crescem desmesuradamente os lucros e se operam lavagens de dividendos, de novo sacralizados como «bezerros de ouro».

Os portugueses do Portugal de Abril não podem aceitar que a Constituição reconheça e consagre amplos direitos laborais e venha um Código do Trabalho usurpar e tentar eliminar o direito à contratação colectiva, como usurpados estão a ser outros direitos por aqueles que nunca se conformaram com as parcelas de domínio perdido pela luta, pela conquista dos trabalhadores e pela razão de Abril.

De igual modo, também os jovens recusam que seja um imperativo nacional a degradação do sistema de ensino e as crescentes dificuldades no acesso ao emprego, que só conseguem em inaceitáveis condições de precariedade, em vez de contar com eles na batalha da educação e do emprego.

Não é desígnio nacional, e vai ao arreio de Abril, que, daqui a dias, se promova, no plano legislativo,

mais um golpe no poder local democrático. Desde os primeiros anos da Revolução, em clara ruptura com o modelo de centralização burocrática e governamentalizado do fascismo, o novo poder local afirmou-se na base de uma ampla participação popular, dos princípios da descentralização e da autonomia financeira e na democraticidade expressa pela colegialidade do funcionamento dos seus órgãos, pela representação plural e democrática nos órgãos municipais, incluindo os executivos. É essa matriz profundamente democrática que as propostas a discutir esta semana na Assembleia da República vêm agora pôr em causa.

Não é desígnio nacional que se compatibilize com os ideais de progresso e de independência nacional sujeitar todo o nosso edifício jurídico-constitucional a um papel subsidiário perante uma Constituição Europeia, num processo em que, desde Maastricht, cada passo dado justifica o passo seguinte na limitação da soberania nacional.

Estamos inquietos quando olhamos para o País e para um mundo mais injusto, menos democrático e mais inseguro.

Inquietos, sim, mas não conformados, porque aprendemos com o exemplo do 25 de Abril, com o seu espírito inconformista, rebelde e insubmissos, o seu sentido de luta e de projecto inacabado por uma democracia política, económica, social, cultural e de independência nacional.

Estaremos ao lado dos trabalhadores e do povo, com aquela esperança e confiança que resulta de quem tem o sonho mais avançado do que a realidade, mas que sabe ser possível uma vida melhor, um Portugal mais desenvolvido, justo e solidário.

Bem podem os que estiveram contra Abril, ou os que reduzem Abril a um acto de liberdade, tentar reescrever a história, rasurar da memória colectiva o processo transformador que se seguiu, o valor e o carácter inseparável das suas conquistas e realizações, apagar dos manuais e dos programas escolares o seu projecto e ideal, rasgar ou apagar as páginas mais exaltantes, escritas e sobretudo feitas pelo povo. Não hão-de conseguir arrancá-lo de onde está mais ancorado e enraizado: na memória e no coração desse mesmo povo, como referência incontornável para o futuro democrático e independente de Portugal!

E mesmo a juventude, que não sabe, porque muitos não quiseram que ela soubesse, há-de, nos seus questionamentos e anseios, porventura sem invocar Abril, prosseguí-lo no que tem de libertador, de ideal, de valores de justiça social e de progresso.

Nós comunistas, que estivemos em todas as lutas e combates para que a liberdade e a democracia fossem possíveis na nossa pátria, irreversivelmente comprometidos com o 25 de Abril, sabemos que os grandes acontecimentos vividos e sentidos pelos povos e com profunda repercussão nas suas vidas não morrem e jamais se deixam encerrar numa breve evocação ou momento histórico. É que, como afirmou um Capitão de Abril, ele continua a ser mais projecto do que memória!

Viva o 25 de Abril!

Aplausos do PCP, do BE, de Os Verdes e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva, Vice-Presidente da Assembleia da República.

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^{as} e Srs. Convidados: Comemorar mais um aniversário do 25 de Abril — o XXXI — e comemorar também o XXX Aniversário da Eleição da Assembleia Constituinte impõe, antes de mais, uma inequívoca saudação à liberdade, à democracia e ao Estado de direito, que a Revolução proporcionou e a Constituição institucionalizou.

Comemorar estas efemérides é também saber ser intérprete da alma colectiva, que qualquer de nós descobre em si, no reconhecimento e na gratidão a todos os democratas, resistentes e opositores à «longa noite fascista», que nos ensombrou durante mais de 40 anos.

Por isso, saúdo os militares que fizeram a Revolução e todos os que se empenharam nesse combate e que, felizmente, ainda nos acompanham nestas comemorações, como me curvo perante a memória dos que já partiram, mas que deixaram bem vivas as flores de Abril no imenso campo de Maio da nossa esperança colectiva.

Saúdo, igualmente, os Constituintes de 1975, a quem se deve a Constituição de 1976, que, subsistindo graças às suas sucessivas revisões, se mantém, no direito comparado, como a mais pródiga no capítulo dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, que tão espezinhados foram pela ditadura.

Comemorar Abril é recordar o fim de uma guerra injusta — tão injusta para os povos africanos como para o povo português — e cujo termo permitiu afirmar novos Estados, que comungam da nossa língua, que daqui saúdo e com que, fraternalmente, convivemos na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que desejamos reforçar e engrandecer.

Comemorar Abril e a Assembleia Constituinte é, ainda, saudar as autonomias regionais como a solução constitucional que, com Mota Amaral, nos Açores, e Alberto João Jardim, na Madeira, fez renascer a esperança às populações insulares e permitiu uma obra, em todos os campos, de afirmação de Portugal no Atlântico, sem precedente na nossa História.

Comemorar Abril passa, igualmente, por saudar o poder local e a presença, afectiva e efectiva, de muitos milhares de autarcas, que são, pela sua proximidade, um dos mais importantes elos que liga o Estado democrático ao povo.

Comemorar Abril é, ainda, ter orgulho no orgulho que os portugueses da diáspora têm no País livre e solidário que hoje somos e que eles tanto significam com o seu exemplo e trabalho em todas as partidas do mundo.

Finalmente, comemorar Abril é lembrar também que sem a democracia, que só a Revolução nos assegurou, não teríamos a participação activa que temos, como membros de pleno direito, nesse espaço de liberdade e de justiça social que é a Europa alargada a 25 e em que temos hoje a honra de ver um português como Presidente da Comissão Europeia.

Daí também a responsabilidade acrescida que temos de dar prioridade ao referendo ao Tratado Constitucional Europeu e a obrigação de nos empenharmos para, com o esclarecimento para que nos devemos mobilizar todos, obtermos a livre concordância do povo português para a sua ratificação.

Mas comemorar Abril não nos demite de reflectir, sem complexos e sem tabus, sobre o nosso percurso colectivo, nestes últimos 31 anos de democracia, fazendo o balanço entre o enunciado teórico dos valores e dos princípios democráticos, dos direitos fundamentais e a sua concreta aplicação.

E se é verdade que o enunciado e a teorização de tais princípios e valores integram a essência do Abril que comemoramos, não é menos verdade que o Abril dos cidadãos passa pela actuação prática do Estado e da sociedade civil na sua execução e concretização. Aí se cifra a efectividade da cidadania plena que, para o ser, tem de ser de todos e não apenas de alguns.

Em anterior sessão comemorativa do 25 de Abril, lembrou aqui, desta Tribuna, com palavras que mantêm total actualidade, o Sr. Deputado José Matos Correia que, embora não tenhamos hoje um problema de democracia, temos, porém, um problema de qualidade da democracia.

Conquistámos, por exemplo, plena liberdade de expressão e de informação, valor essencial à democracia e ao seu regular funcionamento.

Todavia, ninguém pode ignorar a impunidade com que, tantas vezes sem retorno, com o atropelo da verdade e sem contraditório, se mancha o nome e se chega mesmo a pré-julgar cidadãos na praça pública e na comunicação social. Isto não é próprio de uma democracia avançada e adulta.

Importa, pois, que o 25 de Abril não seja comemorado apenas num só dia, mas, antes, no dia-a-dia de todos nós, como colectividade. É preciso actualizar Abril para reforçar e manter vivo Abril.

Se é verdade que o 25 de Abril devolveu a esperança a Portugal, hoje, passados 31 anos, importa devolver, de novo, a esperança aos portugueses, o que passa por resolver os problemas estruturais do País e os seus crónicos atrasos, que não fomos, até agora, capazes de ultrapassar e se arrastam há décadas.

Importa que não nos demitamos das nossas responsabilidades, assumindo, de uma vez por todas, que precisamos de fazer um esforço para abandonar, porque esgotada, a forma tradicional de fazer política na democracia parlamentar que somos.

É da essência do regime democrático, como é saudável e motivador, o confronto. Porém, há áreas do Estado e da nossa sociedade em que não é possível mudar sem entendimentos alargados e em que qualquer governo, mesmo apoiado numa maioria absoluta, terá dificuldade em concretizar reformas que são inadiáveis e cujo atraso comporta custos incalculáveis.

Há três áreas que consideramos prioritárias, porquanto elas próprias condicionam as reformas e as mudanças de outros sectores, também importantes da comunidade nacional. Refiro-me à justiça, à reforma do Estado e à recuperação das finanças públicas.

E porque esta forma de fazer política, em conflitualidade ou guerrilha sistemática entre maioria e a oposição, está ultrapassada e compromete avanços importantes do País, o PSD quer dar o exemplo, assumindo a diferença e a mudança.

Foi, aliás, com esta preocupação que o Presidente do meu partido, ainda recentemente, no congresso que o elegeu, adiantou a disponibilidade do PSD para a concretização de uma «Plataforma para o Desenvolvimento», a estabelecer com outras forças políticas e, naturalmente, antes de mais, com a maioria e com o Governo, em torno das reformas a concretizar nos domínios que referi como prioritários.

Sabemos que podem não ser, no momento, as medidas que mais digam aos portugueses ou que para eles tenham maior significado. Sabemos que não serão possivelmente as que despertam mais as atenções ou a atracção mediática. Sabemos que o desemprego, a saúde, a educação, a segurança, a perda do poder de compra ou a situação dos mais idosos seriam, no imediato, áreas, social e mediaticamente, mais compensadoras e atractivas.

Mas não tenhamos ilusões: não será possível dar resposta a estes problemas e a outros igualmente prementes, de uma forma séria e sustentada, se não tivermos previamente atendido àquelas prioridades.

Sem uma justiça célere e eficaz, sem uma administração pública ágil e moderna e sem umas finanças públicas saudáveis, não será possível assegurar e prosseguir as demais mudanças indispensáveis ao maior desenvolvimento económico, social e cultural do País.

Não faltam áreas para o confronto político, próprio do debate democrático e da luta partidária. Mas não podemos protelar mais. É urgente avançar. É urgente reformar. É urgente governar.

Há, hoje, dois caminhos possíveis na assumpção da acção política perante o País: ou se segue o caminho da agenda mediática, da agenda política artificial, mais cómoda e mais fácil, escolhendo-se os temas que agradam, que caem bem, mas nada se resolve e tudo se adia; ou, ao invés, opta-se pela agenda política verdadeira, a real, aquela que encara e assume a resolução dos problemas concretos do País, ultrapassando, com coragem, resistências e interesses instalados.

O que se sente, neste início de Legislatura, é que, mais uma vez, se optou pela agenda mediática. Fica-se à superfície das coisas e finge-se que se governa. É, uma vez mais, o faz-de-conta.

Entretanto, é o desemprego, a exclusão social, a droga, a segurança e o insucesso escolar que tendem a agravar-se. É a resposta às angústias dos portugueses que fica por dar.

Ao comemorarmos Abril, devemos também ter a preocupação de mudar este modo de estar na política e esta forma de fazer política.

Por isso, surpreende-nos esta estranha inversão de posições de, face à nossa disponibilidade para consensos alargados nas áreas do Estado que são prioritárias, o Governo e a maioria responderem com o mais mudo dos silêncios. É que, para concordar e para convergir, também é preciso coragem.

Sr. Presidente da República: Tem V. Ex.^a, neste início de Legislatura, a oportunidade azada e também a responsabilidade de, como todos esperamos, usar da sua superior autoridade para sensibilizar e fazer apelo aos agentes políticos, a começar pelo Governo, para que venham ao encontro desta disponibilidade para construir uma plataforma para o desenvolvimento do País e assegurar as mais prioritárias reformas do Estado.

Somos, como sempre, e também agora na oposição, pela estabilidade política e pelos governos de legislatura.

Por isso, lembro hoje aqui, porque podem não ser recordadas, palavras de V. Ex.^a, Sr. Presidente da República, na sessão solene em que celebrámos nesta Assembleia, no ano passado, o XXX Aniversário do 25 de Abril: «O desenvolvimento do País exige que, num quadro de maioria parlamentar estável, se prossiga, com firmeza, no caminho das reformas, não através de pequenos passos dispersos e segmentados, mas de reformas profundas e consequentes, enunciadas e apresentadas de modo a poderem estimular a intervenção dos agentes de inovação e modernização e a mobilizar a confiança da comunidade política e da sociedade civil.»

É que melhorar a qualidade da nossa democracia, comemorando Abril, passa também por dar aos portugueses melhores condições de vida, dar aos mais novos perspectivas de futuro, garantir mais protecção aos idosos e aos mais carenciados.

Mais importante do que muitos dos prometidos choques, é acabar com as chocantes condições em que, em muitos domínios, desde a habitação à saúde, ainda vivem muitos milhares de famílias, em Portugal.

Conciliar a defesa intransigente e a preservação dos valores da liberdade, do pluralismo, da tolerância e da convivência democrática com a eficácia na resolução concreta e urgente dos problemas dos portugueses, é o desafio que se nos coloca para, ao comemorarmos Abril, continuarmos, enquanto País, a fazer de Portugal a «comunidade de sonhos» de que nos falava André Malraux.

Assim se cumprirá, em plenitude, o espírito de Abril.

Applausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Ilustres Convidados, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Permitam-me que comece por saudar o Presidente República, Jorge Sampaio. Esta é a última sessão comemorativa do 25 de Abril em que V. Ex.^a participa como Presidente da República. É costume dizer-se que não há democracias sem democratas. Jorge Sampaio foi um democrata antes de haver democracia, em Portugal, e para quem o caminho do 25 de Abril começou na universidade, em fins da década de 50 e inícios de 60, quando então percebeu, como muitos da sua geração, que o primado do direito é o que separa uma sociedade civilizada do despotismo e da anarquia e assumiu que era seu dever lutar pela liberdade e pela democracia, contra a ditadura. Na Presidência da República, V. Ex.^a tem sido, e continuará a ser: o garante do regular funcionamento das instituições; um Presidente exigente na defesa dos direitos, liberdades e garantias; um protagonista empenhado nos desafios do futuro.

Permitam-me, ainda, um agradecimento especial aos Capitães de Abril, aos que estão aqui presentes e àqueles cujo exemplo de coragem rebelde e patriótica nunca esqueceremos. Nunca é demais evocar o gesto revolucionário de um punhado de homens que, há 31 anos, arriscaram as suas vidas para pôr fim a um regime de censura, repressão e opressão.

Applausos gerais.

O 25 de Abril é isso mesmo: a «Liberdade feita dia», de que nos fala Eduardo Lourenço. E evoco dessa «madrugada límpida e absoluta», de 25 de Abril de 1974, a imagem e a realidade de um oficial do Exército à frente de um tanque, envolvido pela multidão, que percorreu, a partir do Chiado, todo o País e foi por esse mundo fora. Salgueiro Maia e Melo Antunes podem hoje merecer a nossa saudade e a homenagem de símbolos inesquecíveis do 25 de Abril.

Aplausos gerais.

Para nós, a História não se apaga. O 25 de Abril foi uma revolução — e ainda bem que o foi. É a esse movimento de ruptura cívica, no qual os portugueses se envolveram activamente, que devemos muitas das transformações sociais nos últimos 30 anos. É graças a esse movimento de emancipação social que temos hoje serviços públicos essenciais, na protecção social, na educação, na cultura. Só assim foi possível aproximar-nos das sociedades mais desenvolvidas do mundo em todos os indicadores económicos e sociais.

A Revolução de Abril constituiu igualmente fonte de inspiração para os processos de democratização na América Latina e na Europa de Leste. No dia 25 de Abril, começava a chamada «terceira vaga democrática». Na primeira metade da década de 70, havia apenas 40 democracias no mundo, democracias que correspondiam basicamente às sociedades ricas e industrializadas do Ocidente. A democracia era, então, vista como uma construção cultural do Ocidente, um privilégio que não estava ao alcance dos países pobres da Europa do Sul e da América Latina.

Provámos que não era necessariamente assim. Em 1975, Chico Buarque cantava, sobre Portugal: «Lá faz primavera, pá. Cá estou doente. Manda urgentemente algum cheirinho de alecrim». E nós mandámos.

A nossa primavera democrática foi, felizmente, a primeira de muitas primaveras. Orgulhamo-nos do legado de Abril, desde logo porque nos orgulhamos da nossa própria História. O Partido Socialista nasceu e cresceu na resistência à ditadura e no combate pela democracia pluralista; na luta contra o autoritarismo, o colonialismo e os totalitarismos; na defesa de uma Constituição democrática, do europeísmo e do desenvolvimento solidário e sustentável.

Para nós, ontem como sempre, a modernização económica e a coesão social não são contraditórios, são processos complementares. Foi isso que demonstrámos e estamos a demonstrar no Governo de Portugal.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Ilustres Convidados, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Faz hoje 30 anos que foi eleita a Assembleia Constituinte. Como é sabido, não pode haver democracia sem Constituição. É o consenso constitucional, o texto fundador, que nos permite resolver pacificamente as situações de conflito, de acordo com regras estabelecidas entre os representantes do povo.

De facto, Portugal é hoje uma democracia consolidada, mas subsistem sérios problemas e desequilíbrios no nosso desenvolvimento. Somos daqueles que entendem que o desenvolvimento do País é um processo contínuo, que se realiza em múltiplas dimensões: na económica, cultural e social, na vida cívica, na igualdade entre homens e mulheres, no sistema político.

Os desafios de hoje, porém, estão menos na proclamação utópica de sonhos, mas na luta constante por impor modos alternativos de desenvolvimento económico, de sociabilidade e de governo.

O desígnio nacional de desenvolvimento é a aposta de futuridade em que nos empenhamos e terá de traduzir-se no crescimento sustentado da economia pela inovação, pelo conhecimento, pela qualificação dos portugueses e pela melhoria dos serviços públicos, designadamente dos que garantam as necessidades básicas dos cidadãos.

Temos de recusar o fatalismo de insucessos atávicos. Temos de buscar um quadro de desenvolvimento sustentável, alicerçado na qualidade ambiental, na defesa da biodiversidade, na coesão e equidade territoriais, no reforço essencial da coesão nacional, no combate à pobreza e ao desemprego, à exclusão, designadamente dos imigrantes, em mais igualdade de oportunidades; na afirmação do lugar de Portugal no quadro da União Europeia, na valorização do espaço de cooperação internacional e do lugar da cultura e da língua portuguesas; e no aprofundamento da qualidade da democracia, da credibilidade do Estado e da Administração, dos sistemas de segurança e justiça, em suma, garantindo as condições do exercício de uma cidadania exigente.

Na Assembleia da República, bater-nos-emos por um Parlamento aberto aos cidadãos e por uma agenda de aprofundamento da cidadania. Defenderemos uma maior abertura do Parlamento ao exterior, tanto através das novas tecnologias como da saída física dos Deputados do espaço de São Bento. Apresentaremos e apoiaremos todas as iniciativas que contribuam para o aprofundamento da qualidade da democracia.

Passados 31 anos, devemos reconhecer que há um problema de renovação no sistema democrático português. Identificamo-nos, por isso, com a recente iniciativa do Governo que visa a limitação de mandatos no exercício de cargos políticos executivos. O princípio da renovação é um princípio essencial da ética republicana e uma regra básica em qualquer democracia de qualidade. A própria Constituição da República Portuguesa reafirma este princípio, quando declara que «ninguém pode exercer a título vitalício qualquer cargo político de âmbito nacional, regional e local».

Neste sentido, uma democracia mais qualificada passa necessariamente por uma maior igualdade de

oportunidades no acesso a cargos públicos e, particularmente, pela igualdade de género, entendida como questão central dos direitos humanos e condição de justiça social.

Aplausos do PS e do BE.

Mas não nos iludamos: de nada valerão as reformas legislativas do sistema democrático se, para além do seu valor intrínseco, não mudarem as atitudes e os comportamentos dos agentes políticos. Nas últimas eleições, os portugueses deixaram bem claro que querem modos de fazer política diferentes, políticas diferentes, exigência e rigor no exercício das funções públicas.

Mas quando falamos do sistema político, estamos a falar das regras do jogo democrático. É, por isso, fundamental o alargamento do espaço de reflexão pública pela participação dos cidadãos nas decisões e na procura legítima de influenciar as escolhas relativas aos negócios públicos. Mas não aceitaremos, repito, não aceitaremos, que o necessário exercício participativo e de debate e a procura de consensos nacionais onde eles são exigíveis se confundam com tacticismos que apenas visam marcar uns pontos no «sobe e desce» da análise político-mediática.

Governo e maioria não têm uma agenda escondida. O Programa do Governo é o programa sufragado pela maioria dos portugueses. Queremos transparência e rigor no exercício dos cargos públicos. Respeitamos as legítimas reivindicações dos grupos corporativos e de interesse, mas somos, por dever democrático, protagonistas de uma agenda reformista que visa essencialmente a satisfação do interesse nacional. É este, pensamos, o caminho da liberdade, a melhor homenagem que podemos fazer ao espírito do 25 de Abril e da Constituição da República Portuguesa.

Aplausos do PS.

Viva o 25 de Abril! Viva a República! Viva Portugal!

Aplausos do PS e do Deputado do PSD Mota Amaral.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr.^{as} e Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Altas Autoridades Civis e Militares, Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa, Emínença Reverendíssima, Distintas e Distintos Convidados: Comemoramos hoje o XXX Aniversário da Eleição da Assembleia Constituinte.

A 25 de Abril de 1975, um ano após a Revolução dos Cravos, os portugueses compareceram massivamente às urnas para participar nas primeiras eleições livres do País, 50 anos decorridos desde a última eleição para a Câmara de Deputados, em 1925, durante a I República.

Saúdo de forma especial nesta cerimónia o Presidente da República, o que representa e a consideração e respeito que nos merece. No início de uma nova Legislatura, temos a honra de receber o Presidente Sampaio, a caminho de completar o seu segundo mandato presidencial e de poder escutar a mensagem que tem para nos transmitir. Estou certo de que o Parlamento guardará de V. Ex.^a a imagem da distinta correcção e do empenho sempre dedicado à preservação da dignidade das instituições, como democrata de cepa e grande servidor da causa pública.

Aplausos do PS e do Deputado do PSD Mota Amaral.

Cumprimento os Deputados Constituintes, convidados especiais para esta Sessão, e os representantes da Associação 25 de Abril, que sempre nos acompanham neste dia, e por intermédio dos quais rendemos homenagem a todos os militares que fizeram o 25 de Abril.

Aplausos gerais.

A democracia portuguesa é o resultado de uma variada e enorme articulação de esforços e ainda do sonho e do sacrifício daqueles que, desde muito antes, convictamente haviam pugnado por ela. A autenticidade do cumprimento é, neste caso, a expressão de quem, aliás modestamente, fala entre iguais, com a tranquilidade de um dever cumprido em relação à participação comum nos acontecimentos que acaba de mencionar.

Gostaria de sublinhar hoje, aqui, e de modo especial, três pontos: as eleições livres, a Constituinte e o regime político que ela delineou na nova Constituição da República.

As eleições. Organizar pela primeira vez um sistema eleitoral democrático, em contexto de instabilidade e exigência, e até de indeterminação quanto à possibilidade da própria realização de eleições, implicou inegavelmente grande perseverança. Desde a elaboração da legislação pertinente à estruturação do STAPE e da Comissão Nacional de Eleições, passando pela organização do recenseamento e pela constituição e operacionalidade das mesas de voto, tudo se orientou para a materialização prática de uma

máquina eleitoral democrática, até então inexistente e absolutamente imprescindível para que a opção livre dos portugueses tivesse lugar. Devemos, por isso, enaltecer também, no dia de hoje, os que contribuíram para que tal acontecesse. Destaco a presença, entre os nossos convidados, de um grupo de funcionários do STAPE, a exercer funções nessa altura, e congratulo-me com a realização, na Assembleia da República, até ao Verão, de uma exposição da Comissão Nacional de Eleições alusiva a tão importante acontecimento.

Pela primeira vez em muitos anos, o povo português pôde exprimir as suas opções partidárias. Em verdade, nesse momento, ficaram constituídas as grandes famílias políticas do País que, no essencial, se têm mantido, variando apenas, e como é natural, o seu peso relativo na sociedade portuguesa desde então.

A Constituinte. Num quadro de grandes aspirações políticas e também de fortes exigências sociais e económicas, o trabalho dos Constituintes — legitimados pelo sufrágio democrático — não raro se confrontou com a extrema vivacidade e turbulência de um país em revolução.

Preocupação central foi, por isso, elaborar rapidamente a Constituição e tomar decisões sobre o essencial do sistema político, para que ela prevalecesse, com a sua matriz democrática, sobre a turbulência e mesmo os confrontos potenciais.

Ao derrubar uma ditadura, queria-se uma democracia, não outra ditadura; e também uma democracia estabilizada, não uma democracia fragilizada.

Essa preocupação foi muito visível na recusa de um parlamentarismo de registo débil e na opção por um semipresidencialismo racionalizado, na adopção negociada de soluções para a transição gradual, quanto ao enquadramento das Forças Armadas, com vista à sua integração normal no Estado democrático, e ainda na cautela em evitar o ressurgimento de uma questão religiosa, sempre dilaceradora em anteriores períodos da História portuguesa.

Foram objectivos que os Constituintes souberam cumprir, trazendo à definição das novas instituições a legitimidade de uma escolha popular, exercida pela primeira vez com elevado sentido de responsabilidade. Revisões subsequentes do texto constitucional, elas mesma expressão da dinâmica institucional, não lhes tiraram, com o decorrer dos anos, o mérito de autênticos fundadores da democracia portuguesa contemporânea.

No XXX Aniversário da Constituinte, saúdo-os com convicção e amizade.

Aplausos gerais.

Ao convidá-los a participar na inauguração da exposição alusiva ao tema, nos Passos Perdidos, faço votos para que recordem os meses de intenso trabalho aqui vivido, o que igualmente será realçado quando proceder à entrega de medalhas da Constituinte aos funcionários parlamentares que permanecem ao serviço da Assembleia da República desde esse período verdadeiramente inesquecível para todos.

A Constituição. A matriz essencial da Constituição elaborada pelos Constituintes é a de um compromisso entre uma forte componente social, com aspiração datada a um modelo económico, e um vasto quadro de direitos civis e políticos, balizados por um figurino institucional de raiz claramente democrática. Com uma tal arquitectura constitucional — a que se acrescentaram importantes revisões modernizadoras respeitantes às áreas da defesa nacional, da economia social de mercado e da integração no projecto político europeu —, foi possível assegurar em permanência o pluralismo político e a alternância de governos, consolidar um Estado de direito alicerçado nas liberdades públicas e na separação de poderes, eliminar a perseguição política, a censura e a tortura, garantir a liberdade de expressão e de imprensa, de investigação, de criação, de religião e de ensino, assegurar a igualdade de todos perante a lei, dar substância ao poder local e criar autonomias regionais, fundamentar um relacionamento externo baseado no respeito pelo direito internacional, tomar parte de forma determinada na construção europeia e consolidar um espaço de afirmação para a língua portuguesa no mundo, acolhendo novas nações na comunidade internacional. Com a independência de Timor-Leste, cumprimos, sem dúvida, nesse particular, o nosso último grande imperativo constitucional.

Com as suas adaptações ao longo dos anos, o quadro constitucional, enquanto estrutura basilar do regime democrático, tem permanecido estável, tem contribuído para integrar na vida política as correntes com expressão partidária e cooptado as novas tendências susceptíveis de ser sufragadas. Por isso se pode dizer — e com salvaguarda de aperfeiçoamentos que se justifiquem — que a Constituição alcançou o seu objectivo mais durável: o de permanecer a grande referência de instituições que funcionam, não bloqueiam a execução de programas de governo nem a formulação, a partir da oposição, de alternativas susceptíveis de aspirar legitimamente à governação. As normas constitucionais regem, com harmonia, uma vida política adulta, de que ninguém se sente excluído e que a todos acolhe por igual, com absoluta garantia dos respectivos direitos.

Os fundadores do 25 de Abril e da Constituição democrática podem orgulhar-se de ter legado ao País um quadro institucional ajustado, razoável equilibrado e útil — ninguém, a partir do executivo, poderá legitimamente invocar razões de ordem constitucional para justificar a não execução dos seus programas; ninguém, a partir da oposição, poderá igualmente invocar razões da mesma natureza para justificar a sua não colocação em posições susceptíveis de se constituírem em alternativa razoável de governo.

Que mais pode desejar uma democracia? Não responderei «Nada!», direi, antes, «Mais, sempre mais,

sempre melhor!».

A exigência permanente leva-nos à insatisfação permanente, que é o verdadeiro motor de uma cultura democrática autêntica.

Concluirei, por isso, com algumas referências à agenda da Legislatura, que alcançará o final da década, ou seja, falarei ainda sobre o futuro.

As condições de exercício da democracia alteraram-se profundamente, estão a anos luz do universo novecentista do pequeno grupo político, da imprensa de curto horizonte, das eleições censitárias, dos pronunciamentos e caudilhos entre multidão ignara, da autarquia anémica sempre propiciadora dos improvisos salvadores para compensar a fraqueza estrutural de todos.

A democracia moderna é por excelência um terreno de enfrentamento da complexidade: complexidade da competição internacional, complexidade dos desafios europeus, complexidade da multiplicação de mensagens no espaço público, complexidade dos interesses em jogo, complexidade da tomada de decisões e da sua justificação racional, complexidade dos suportes de legitimidade, complexidade, em suma, que se agiganta quer perante a obsolescência das fórmulas instaladas, das narrativas grandiosas e das ideologias simplificadoras, quer perante a insuficiência da sucessão vertiginosa de imagens, dos prontuários de frase efémera, da rotação precária dos figurantes, com pose mas sem ideia, da obsessão com o entretenimento, da obnubilação do pensamento, da fragilidade e do efémero.

O sentido genuíno da escolha popular em eleições livres — a escolha pelo povo soberano, que é a pedra angular da democracia e que postula o controlo do conjunto político pelo homem cidadão — carece de ser adequadamente protegido, de forma a assegurar em cada momento que a própria ideia central da democracia prevalece sobre o vasto conjunto de factores que tendencialmente a empobrecem ou dificultam o seu exercício substantivo. Há que evitar a todo o custo a instalação de verdadeiros nichos de ditadura do vazio, sub-repticiamente acomodados nos silêncios da democracia.

Faço votos para que reformas urgentes do sistema eleitoral para as autarquias, para as regiões autónomas e para o próprio Parlamento nacional, alguma forma de autolimitação quanto ao desempenho eternizador de funções executivas, sejam elas quais forem, bem como o exercício responsável participado dos referendos que se perspectivam, venham a contribuir, no debate irrestrito de ideias, que é sinónimo da autêntica perfectibilidade democrática, para ajustar condições acrescidas de legitimidade a um sistema político, em si mesmo genuinamente legítimo, mas sempre atento aos imperativos da inteligência política estratégica, que impõe o seu constante aperfeiçoamento e o reforço permanente da sua eficácia.

Democracia moderna é sinónimo de democracia aberta. A X Legislatura, estou certo disso, será uma legislatura particularmente atenta às exigências da democracia aberta. O País pode contar com o Parlamento para impulsionar e garantir uma democracia moderna!

Sr. Presidente da República: A forma mais responsável de comemorar uma grande efeméride política — e hoje, 25 de Abril, XXX Aniversário das Eleições Livres para a Assembleia Constituinte, estamos, felizmente, a fazê-lo com serenidade e harmonia e com redobrado espírito de união entre os portugueses — é reflectir com objectividade sobre o caminho percorrido, reconhecer as insuficiências, aceitar os desafios, enfrentar os riscos e saber olhar o futuro com determinação e com esperança.

Viva o 25 de Abril! Viva a democracia! Viva Portugal!

Aplausos do PS, de pé, do PSD e do CDS-PP.

Para dirigir uma mensagem à Assembleia da República e aos portugueses, tem a palavra o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República** (Jorge Sampaio): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr.^{as} e Srs. Ministros e demais Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Antigos Presidentes da República, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Altas Autoridades Civis e Militares, Sr. Cardeal Patriarca, Eمinência Reverendíssima, Ilustres Convidados: As minhas primeiras palavras são para saudar a Assembleia da República, que agora iniciou uma nova legislatura, num momento particularmente difícil e exigente da vida nacional. Desejo a todos os Srs. Deputados as maiores felicidades. Em democracia, tanto se serve o País no governo, ou na maioria que o apoia, como na oposição.

Quero saudar os representantes da Associação 25 de Abril, mais conhecidos, entre todos nós, pelos Srs. Capitães de Abril, e dizer-lhes que, apesar do tempo decorrido, está sempre na memória aquele momento decisivo em que VV. Ex.^{as} decidiram avançar.

Aplausos gerais, de pé.

Quero, naturalmente, nesta data, e nos 30 anos da Constituinte, saudar todos os que, aqui presentes, deram o seu melhor para a Constituição que temos e para o momento que, desde então, temos vivido.

Permitam-me uma pequena nota, Srs. Deputados da Constituinte e todos aqueles que preparam as importantíssimas eleições de 1975: sabem VV. Ex.^{as} qual a memória que tenho e do País em que então se

vivia? A minha avó, com 95 anos, açoriana de gema, vestiu o seu melhor vestido, para ir votar pela primeira vez na sua vida.

Aplausos gerais.

Srs. Embaixadores, Encarregados de Negócios: Permitam-me que lhes solicite que dirijam aos Chefes de Estado que aqui representam as minhas mais cordiais saudações. O 25 de Abril trouxe VV. Ex.^{as}, todos, a este nosso país, trouxe VV. Ex.^{as}, todos, a estas sessões em democracia, trouxe VV. Ex.^{as}, todos, à representação nacional. É também uma homenagem que quero fazer àqueles que construíram a democracia portuguesa, porque também nos abriram as portas a um relacionamento internacional normal. Portugal é Portugal, Portugal não é um país escondido, Portugal está em permanente diálogo com os países e os povos que VV. Ex.^{as} representam. Muito obrigado!

Aplausos gerais.

Ao dirigir-me hoje à Assembleia da República, no Dia da Liberdade, a última vez que o faço na qualidade de Presidente da República, não posso deixar de referir a emoção que, por isso mesmo, sinto. Sempre pretendi, com as mensagens que, anualmente, aqui deixei, ajudar à construção de um país à altura da esperança que o 25 de Abril trouxe aos portugueses. Emoção, porque o 25 de Abril é a data fundadora do nosso regime e é também aquela em que, nos planos simbólico e político, nos reconhecemos, pois é na ideia de liberdade que podemos e devemos buscar, renovadamente, em cada ocasião, a energia democrática para enfrentarmos os problemas e vencermos os desafios, servindo, assim, Portugal.

Pertenço, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a uma geração que esperou e lutou por esse dia. A sua chegada representou uma alegria ímpar que a nossa memória conserva como um daqueles grandes momentos que tornam a vida exaltante e a abrem ao futuro. Foi esse o início de um novo ciclo da História de Portugal, que nos trouxe de novo à Europa e nos abriu as portas à constituição de uma grande comunidade de países lusófonos.

Cada ano que aqui vim actualizar essa alegria e a responsabilidade que ela impõe de não a defraudarmos. E à exaltante lembrança desse «dia inicial, inteiro e limpo», como lhe chamou Sophia de Mello Breyner, em palavras que passaram, desde o ano passado, por minha iniciativa, a estar inscritas na parede do Quartel do Largo do Carmo, junta-se a emoção por falar num lugar que, para mim, tem um alto simbolismo, não só político mas também pessoal e afectivo. De facto, ao dirigir-me, neste Dia, à Assembleia da República, não posso nem querer esquecer que fui, com muita honra, um parlamentar dedicado. Tenho orgulho em tê-lo sido e conservo dessa experiência uma grata recordação.

Aprendi nesta Casa que, sem debate parlamentar exigente, é o próprio debate democrático que se empobrece e desprestigia. Aprendi que há momentos de convergência e momentos de divergência, momentos de consenso e momentos de dissenso. Saber distinguir entre esses momentos é o essencial da vida política. Evocando esta memória política e pessoal, quero transformá-la em homenagem à Assembleia da República e àqueles que, diariamente, têm a responsabilidade de a prestigiar, tornando-a verdadeiramente no centro da vida democrática. Isso constitui uma condição fundamental e insubstituível da qualidade da democracia portuguesa. Este deve ser o lugar de debate dos grandes temas do nosso presente e do nosso futuro. É aqui que se apresentam as propostas políticas e que se afirmam as alternativas. É aqui que o governo responde e é fiscalizado pelos seus actos. Sem um Parlamento prestigiado, moderno, aberto ao tempo e à sociedade, sem um Parlamento activo, é o próprio coração da democracia que funciona mal. Estou certo de que os Srs. Deputados sentem e assumem esta responsabilidade e a exigência que ela comporta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Convidados: Ao olhar para os anos que passaram desde que assumi o cargo de Presidente da República, não posso deixar de concluir que foi este um dos tempos mais complexos e exigentes do nosso percurso democrático. O mundo e a Europa mudaram profundamente. A globalização, a mediatisação e a sociedade do conhecimento e da informação puseram novos e instantes problemas. Entre nós, depois de um período inicial e difícil mas, sem dúvida, exaltante, de construção do Estado democrático, e de outro, marcado pela adesão de Portugal à União Europeia, com as vantagens que daí advieram, os últimos anos representaram um tempo de avaliação e de alguma retracção, em que se tornaram mais presentes os bloqueios, as insuficiências e as dificuldades do nosso Estado, da nossa sociedade e da nossa economia. Essa revelação gradual representou como que um duche de água fria e provocou, nos últimos anos, um estado depressivo, que ainda reforçou as causas que o tinham provocado. Tal revelação originou ainda uma crise funda e persistente, que se traduziu numa sucessão de crises políticas, a que tive de fazer face pelos meios de que constitucionalmente dispunha.

Em democracia, o exercício pleno das competências e responsabilidades de cada órgão de soberania é a condição para o equilíbrio do regime e a eficácia do seu funcionamento. Já sabemos que o regime semi-presidencial é muito exigente na definição e na compatibilização dos poderes de cada órgão de soberania, mas essa exigência possui também as suas virtualidades. Tendo em conta a experiência dos anos, continuo a acreditar ser este o regime mais adequado e nem o facto de ter sido por vezes acusado — não raro

pelas mesmas pessoas — de não exercer os meus poderes ou, simetricamente, de os exercer excessivamente altera a convicção profunda que tenho da bondade e da aptidão do nosso regime constitucional. Fazendo estas considerações, Srs. Deputados, não desejo, naturalmente, antecipar-me ao juízo da História. Só ela terá a isenção e a distância que agora nos faltam. Faço-as, todavia, por considerar que continuam presentes algumas das causas que estiveram na origem das crises políticas que vivemos. Mais do que uma explicação ou justificação do passado, representam uma advertência e um alerta para o futuro. Se não fizermos o que é necessário fazer, essas crises, sob idênticas ou diferentes formas, regressarão, enfraquecendo, pela sua própria repetição, a nossa capacidade de as enfrentar.

A esperança que um novo ciclo político sempre traz consigo — e que não pode ser frustrada — constitui uma grande oportunidade para se fazer o que é preciso fazer. A margem é estreita e a hora não consente adiamentos ou ilusões vãs. Estou seguro de que o povo português, que já deu repetidas lições de maturidade democrática e de civismo, tem consciência do que está em causa. E, por isso, também estou certo de que responderá com sentido de responsabilidade ao esforço, e mesmo aos sacrifícios que lhe forem pedidos, desde que seja mobilizado para tal e ganhe a convicção de que esse esforço e esses sacrifícios necessários são partilhados por todos e darão bons resultados.

Cabe aos dirigentes políticos, a todos os dirigentes políticos, assumir as suas responsabilidades com auto-exigência, conscientes de que as soluções de rotina e de continuidade não chegam para enfrentar os graves desafios que temos. Há muito a fazer e ninguém pode olhar para o lado e achar que a responsabilidade é de outro. Há muito a fazer no governo e na oposição, nas estruturas do Estado e no sistema partidário, na sociedade e na economia.

Repito: não há tempo a perder nem responsabilidades a transferir. Que cada um assuma as suas. Eu assumi e continuarei a assumir as minhas até ao último dia do meu mandato. Continuarei sempre, mobilizando os portugueses, a lutar por um país melhor, mais justo, mais desenvolvido e mais solidário.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Como disse, este tempo é particularmente exigente, tendo em consideração as dificuldades por que passamos, a escassez de recursos, a complexidade das questões, as expectativas dos cidadãos, em especial os de mais baixos recursos, em suma, a via estreita das soluções.

Três décadas após o 25 de Abril, é indiscutível, por exemplo, que a sociedade portuguesa conseguiu ultrapassar algumas limitações sérias em matéria de acesso à instrução básica. E o forte acréscimo registado nas taxas de frequência do ensino superior, acompanhado da progressão evidente, em termos quantitativos e qualitativos, da produção científica nacional é, sem dúvida, motivo de esperança e de estímulo quando olhamos o nosso futuro colectivo.

Uma das preocupações que mais fortemente têm marcado a minha intervenção como Presidente da República prende-se, justamente, com a necessidade de prosseguir e aprofundar esse esforço de difusão generalizada de conhecimento na sociedade portuguesa. Sem um investimento sério na educação e na ciência, jamais conseguiremos obter resultados relevantes na partilha de responsabilidades cívicas, na modernização do Estado, no acesso e fruição criativa da cultura, na produtividade empresarial, na participação plena na vida das organizações económicas e na esfera pública, na abertura consistente à sociedade da informação e à economia do conhecimento.

Nesta perspectiva, pugnar por um ensino básico de qualidade para todos os jovens, sublinho, para todos os jovens, continua a ser, quanto a mim, um desígnio actual e oportuno. Estou convencido de que, se não soubermos encontrar fórmulas eficazes para o cumprir, dificilmente seremos capazes de acertar o passo com a Europa, alcançando os níveis de desenvolvimento e bem-estar a que legitimamente aspiramos. Aliás, sem a consolidação desse patamar de instrução de base, que deve valorizar uma atitude experimental e também, por exemplo, a utilização da *Internet*, como bagagem cultural básica dos cidadãos, ficará em grande parte prejudicado o objectivo, que considero essencial, de generalização da educação e utilização das ferramentas imprescindíveis para vivermos na sociedade do conhecimento.

Este último aspecto não pode ser encarado sem ter em conta o enorme défice de instrução que caracteriza, por exemplo, as gerações adultas menos jovens e, por conseguinte, grande parte da nossa população activa. Sendo uma questão que gera grande consenso entre os parceiros envolvidos na concertação social, é de esperar — direi mesmo, é de exigir — que não haja mais adiamentos na concretização das medidas já acordadas sobre educação e formação profissional de adultos. Para quem, como eu, sempre advogou as vantagens da concretização de entendimentos sobre objectivos nacionais básicos em matéria de crescimento e competitividade, por um lado, e emprego e direitos sociais, por outro, o apelo que agora lanço não pode ser mais veemente.

Em sociedades abertas à informação e inseridas em lógicas económicas fortemente concorrenciais, que, além disso e, em parte, por isso, geram continuamente mudanças, incertezas e novos riscos, é preciso aprofundar incessantemente as bases científicas do conhecimento sobre a natureza, sobre os modos de organização e sobre os processos sociais.

Assim sendo, se é preciso proporcionar aos mais novos e aos menos preparados os instrumentos para que possam ler, de modo crítico e participativo, os sinais e as mensagens da realidade que se transforma, impõe-se igualmente que a própria decisão política não prescinda do recurso sistemático a um vasto leque de conhecimentos e de informação.

A qualidade da governação — como agora se diz —, um desafio que permanentemente se põe aos res-

ponsáveis políticos e também a todo o País, implica, então, uma aproximação inteligente e fundamentada aos problemas. Tal aproximação não se pode limitar ao curto prazo ou à eliminação pontual dos disfuncionamentos, deve procurar, em tempo útil, definir e atacar eficazmente as causas, sempre complexas, dos nossos males.

Acontecimentos violentos que todos os dias entram pelas nossas casas, como os que ainda há pouco ocorreram, sintetizam, dramaticamente, a complexidade dos problemas que temos de enfrentar. E, se, por um lado, nos devem levar a encarar a questão da segurança das populações e das formas de a garantir eficazmente, devem levar-nos também a analisar questões relacionadas com os modos concretos como se processa a escolarização de populações carenciadas, com os obstáculos à integração dos imigrantes, com a pobreza crónica, com os efeitos de políticas de alojamento massificadoras e desumanizadas, com o combate à droga e à toxicodependência.

Permitam-me que me detenha um pouco sobre este último tema. Procurei, Sr.^{as} e Srs. Deputados, desde o início do meu mandato, quer internamente, quer em reuniões internacionais especializadas, contribuir activamente para generalizar na opinião pública a ideia de que o fenómeno das drogas exige uma resposta global, equilibrada e coerente, de que são parte a redução da procura, a redução da oferta e a cooperação internacional entre os países.

Já não é possível ignorar que, quando o desemprego ou a precarização do emprego, a pobreza ou outras formas de exclusão social minam o equilíbrio económico e afectivo das famílias, as tensões e os conflitos potenciam o consumo das drogas e também o desenvolvimento de diversas formas de delinquência.

Devemos, pois, combater o tráfico, sem hesitações e com todos os meios possíveis, e ter sempre presente que a criminalidade associada a esse mesmo tráfico e à pressão do consumo provoca, muito comprehensivelmente, forte intranquilidade e insegurança nas populações. Mas, ao encarar o problema, devemos reconhecer, em simultâneo, como determinantes, as iniciativas de redução da procura, ou seja, a prevenção e o tratamento da toxicodependência e a redução dos riscos associados ao consumo de drogas, com o largo significado que tudo isso tem em matéria de saúde pública.

Talvez nos últimos anos tenhamos esquecido a necessidade de manter, de forma equilibrada, o mesmo nível de investimento em todas estas áreas. E alguns maus resultados só se explicam por uma multiplicidade de insuficiências, nomeadamente na perspectiva de um combate integrado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} e Srs. Convidados: Infelizmente, após trinta anos de vida democrática, subsistem na sociedade portuguesa outros problemas graves. Na verdade, a pobreza, que se chega a traduzir em subalimentação, degradação habitacional e até falta de recursos para a aquisição de medicamentos essenciais, afecta, hoje em dia, milhares de concidadãos nossos. A carência extrema reveste formas particularmente insuportáveis de injustiça e humilhação. Há muitos exemplos marcantes da gravidade extrema e da flagrante insuficiência e injustiça das nossas respostas políticas e sociais.

Como já disse, a abordagem destes fenómenos apela fortemente a conhecimentos sobre a estrutura social portuguesa, que, aliás, mais vezes do que se julga, já existem. Mas apela também, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a um forte sentido de cooperação.

E aqui está um outro tema que deve constar de uma agenda para uma boa governação: como responder, em suma, ao peso crescente das questões intersectoriais?

Há que reconhecer que o enorme apoio financeiro da União Europeia, nos últimos 20 anos, apesar do seu extraordinário contributo para a modernização e infra-estruturação do País, com inegável reforço da coesão nacional, produziu resultados — sejamos fracos! — aquém do necessário, em termos de redução de assimetrias regionais de desenvolvimento, da nossa posição competitiva e da produtividade nacional.

Com efeito, muitas das intervenções financiadas, por demasiado fragmentadas, careceram de uma mais clara concentração em prioridades estratégicas, sectoriais e territoriais, tendo os seus impactos sobre a economia, a sociedade e o território sido travados pelo enviesamento a favor dos investimentos pesados e mais «visíveis».

Torna-se, por isso, indispensável, agora que estamos no limiar do novo quadro comunitário de apoio, que sejam adoptadas políticas públicas com claras apostas estratégicas, que rompam com a artificial compartimentação de programas segundo as fontes de financiamento ou a verticalização ineficiente por ministérios.

Do que se trata, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é de privilegiar a transversalidade dos programas e das políticas, virados agora para a modernização da nossa estrutura económica e social, forçando uma efectiva colaboração interministerial para esses objectivos e operacionalizando-os segundo uma lógica territorial coerente.

Este é um enorme desafio que os governos têm pela frente e que exige também uma rigorosa reflexão. Face à crescente complexidade dos problemas, que atravessam a organização clássica dos governos e dos ministérios, torna-se necessário, julgo eu, intervir de forma diferente, com a criação, por exemplo, de comités de ligação, de altos comissários ou de outras figuras que possam dar resposta integrada, inteligente, oportunamente e moderna a vastos problemas.

A educação e a formação profissional, o combate à evasão fiscal, à droga ou à epidemia de SIDA, a educação para a saúde, o apoio aos idosos, constituem, todos eles, exemplos de áreas que exigem inter-

venções intersectoriais.

Necessitamos, também, de respostas modernas do Estado e das empresas para ultrapassar as nossas dificuldades. É preciso uma nova atitude do Estado para com a sociedade civil e da sociedade civil face ao Estado. Só essa nova atitude cultural — pois é, de facto, disso que se trata! — pode evitar a promiscuidade entre a política e o mundo dos negócios, a subserviência aos interesses ou aos decisores, a falta de rigor, de clareza e de transparéncia. É preciso ainda mudar a mentalidade de alguns empresários que acham que a eles tudo lhes é devido mas que nada devem à sociedade e ao País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O problema crónico da economia portuguesa está, como sabemos, na insuficiência da competitividade e no excesso da despesa relativamente ao produto que tem sido capaz de gerar. Para corrigir esta situação, é preciso — convenhamos! — gastar menos, particularmente em produtos importados, e produzir mais, especialmente para exportação.

Temos de vencer o desafio da globalização competitiva e produzir mais para melhorar o nível de vida e preservar ou aumentar o nível de emprego. Mas também temos de moderar a despesa interna e diminuir o seu conteúdo importado para não criar desequilíbrios económicos insustentáveis, nomeadamente nas contas públicas e nas transacções com o exterior.

Temos de criar um ambiente propício ao desenvolvimento da iniciativa privada, particularmente para o investimento e para as exportações, estimular a concorrência, especialmente nos sectores de bens e serviços não transaccionáveis internacionalmente, suprir ou compensar as falhas de mercado, regular a actividade económica e proceder à sua orientação estratégica. Estas funções competem fundamentalmente aos responsáveis, mas a acção e o contributo de todos os outros intervenientes no processo também são decisivos e insubstituíveis para o bom funcionamento da economia.

A motivação, a atitude e o comportamento dos empresários e dos trabalhadores são essenciais para que se possam realizar as transformações indispensáveis — nomeadamente em termos de inovação tecnológica, organizativa e comercial, bem como de aumento da eficiência produtiva — para vencer o desafio da modernidade e, sem dúvida, da competitividade. E também quanto melhor for o diálogo, o respeito e a cooperação entre empresários e trabalhadores, quer ao nível de cada empresa, quer ao nível global da concertação social, mais fácil será conciliar, indispensavelmente, eficiência e equidade, competitividade e justiça social e maior será a possibilidade de sucesso para a comunidade portuguesa.

Os cidadãos enquanto consumidores também podem contribuir para tornar a economia mais eficiente, seja praticando uma cultura de exigência para com o Estado e as empresas, seja, permitam-me que o diga, preferindo produtos nacionais. A cultura de exigência pressiona o Estado para melhorar a qualidade dos serviços que presta e as empresas para serem mais inovadoras e eficientes e, assim, poderem oferecer bens e serviços com ganhos na qualidade e no preço.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A economia portuguesa não está condenada à estagnação ou ao crescimento mediocre. Precisamos urgentemente de substituir o pessimismo pela esperança e pela confiança e a resignação pela vontade e pela acção; precisamos de trocar a espera passiva de um sempre ansiado empurrão da economia europeia pela reestruturação activa da economia nacional; precisamos também de substituir a política do défice público pela política do primado da economia e da inovação, sem, naturalmente, descuidar a condicionante externa e, é claro, a restrição orçamental.

Relativamente a este último ponto, sobre o qual não esperava ter tido de me pronunciar tantas vezes, importa ter plena consciência de que os problemas das finanças públicas portuguesas não desapareceram pelo facto de a recente revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento permitir — felizmente, em minha opinião — uma maior flexibilidade na sua aplicação e, assim, conferir um pouco mais de margem de manobra à política orçamental. Esta deve ser criteriosamente utilizada para apoiar o crescimento económico e melhorar os níveis de coesão social, mas não pode dar lugar a qualquer laxismo no controlo da despesa pública.

Não é, Srs. Deputados, por exigência comunitária mas, sim, por interesse nacional, tal como o concebo, que é preciso reformar o Estado e reduzir o peso relativo da despesa corrente, reforçar a selectividade do investimento público e aumentar a eficiência tributária, nomeadamente pela simplificação do nosso sistema fiscal e pelo combate, sem tréguas, à fraude e à fuga ao fisco. Só assim será possível diminuir a carga fiscal sobre os contribuintes cumpridores, sem sacrificar a indispensável capacidade de intervenção do Estado na economia e na sociedade, nomeadamente em termos de estruturas de apoio ao desenvolvimento e a políticas sociais que, como aqui tenho lembrado, precisam, em muitos casos, de ser reforçadas.

A actual crise económica e financeira é séria e o seu tratamento implica custos a curto prazo para se poderem obter vantagens a médio e longo prazos, com a agravante de os mais sacrificados poderem não ser os que serão mais beneficiados.

É também necessário, Sr.^{as} e Srs. Deputados, criar condições políticas e sociais que contribuam para a aceitação das reformas mais profundas e, porventura, mais difíceis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Convidados: Comemoramos este ano o Dia da Liberdade num tempo que é, simultaneamente, de esperança e de preocupação, de desafio e de responsabilidade, de exigência e de expectativa. Não podemos deixar de fazer hoje o que já devia ter sido feito ontem. E não podemos

comprometer o futuro, desperdiçando as oportunidades ou não cumprindo as responsabilidades do presente. Entre essas responsabilidades, está a nossa participação activa na construção da Europa. É chegado o momento de todos os europeístas se empenharem no combate por uma Europa mais próxima dos cidadãos, mais mobilizada e mais apta para enfrentar os grandes desafios do século XXI. E é tempo também de preparamos capazmente e em profundidade a consulta popular sobre o Tratado Constitucional Europeu, pondo-nos rapidamente ao caminho.

Precisamos, Minhas Senhoras e Meus Senhores, de mais autoridade democrática e de mais espírito cívico, de mais decisão, mais esforço, mais prioridades, muito trabalho. E precisamos não apenas de mais mas também de melhor: melhor decisão, melhor esforço, melhor trabalho, isto é, trabalho mais respeitado e mais valorizado, precisamos, em suma, de melhores prioridades. Precisamos de nos ocupar mais do essencial e menos do acessório, mais do profundo e menos do superficial. Precisamos de tornar Abril, e o que ele representa como ideal de liberdade, de justiça e de desenvolvimento, mais presente e, sobretudo, melhor presente.

Aplausos gerais.

Renovo a todos VV. Ex.^{as} as minhas saudações calorosas e desejo as maiores venturas no vosso trabalho ao serviço da Democracia, da República e de Portugal. Podeis contar sempre comigo no combate pelas grandes causas a que me mantengo fiel desde a juventude. Estou convosco e continuarei convosco para fazermos da nossa Pátria um país à altura das aspirações dos portugueses.

Quando formos avaliados pelas gerações que, inevitavelmente, nos sucederão, a pergunta que será feita é muito simples: foram eles capazes de enfrentar as dificuldades, de vencer os desafios e de pôr Portugal no rumo do futuro? Não esqueçamos nunca que a resposta a esta incontornável pergunta somos nós que, agora, quotidianamente, a estamos a dar. Não há, por isso, tempo a perder. É a hora!

Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. Presidente: — Agradecendo, em nome da Assembleia da República, a presença de todos os nossos Convidados e, de forma muito especial, a presença, a participação e a mensagem do Sr. Presidente da República, nesta Sessão Solene Comemorativa do XXXI Aniversário do 25 de Abril e do XXX Aniversário da Eleição da Assembleia Constituinte, declaro encerrada a sessão.

Neste momento, a Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada junto aos Passos Perdidos, executou o hino nacional, que foi cantado de pé.

Aplausos gerais, de pé.

Eram 13 horas e 5 minutos.

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Socialista (PS):

Maximiano Alberto Rodrigues Martins

Partido Social Democrata (PSD):

Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS):

António Ribeiro Gameiro
Jacinto Serrão de Freitas
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
José Apolinário Nunes Portada
José Luís Pereira Carneiro
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Vitalino José Ferreira Prova Canas

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva
António Paulo Martins Pereira Coelho
Carlos Alberto Pinto
Carlos Jorge Martins Pereira
Domingos Duarte Lima
Emídio Guerreiro
Feliciano José Barreiras Duarte
Gonçalo Nuno Mendonça Perestrelo dos Santos
Henrique José Praia da Rocha de Freitas
Joaquim Virgílio Leite Almeida Costa
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva
José de Almeida Cesário
José Luís Fazenda Arnaut Duarte
José Manuel de Matos Correia
José Mendes Bota
José Pedro Correia de Aguiar Branco
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves
Manuel Joaquim Dias Loureiro
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Mário Patinha Antão
Melchior Ribeiro Pereira Moreira
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho
Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
Victor do Couto Cruz
Zita Maria de Seabra Roseiro

Partido Comunista Português (PCP):

José Honório Faria Gonçalves Novo

Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
António Idalino Rodrigues Pereira
João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
Nuno Miguel Miranda de Magalhães
Paulo Sacadura Cabral Portas

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL